

Eu considero essa questão da política, integrar toda essa legislação dentro de uma perspectiva de uma política e atualizando todos esses debates, porque certamente, como o Deputado Átila Nunes falou, esses temas já são discutidos há muito tempo, e é importante consolidar isso para que isso gere resultados, gere, efetivamente, atuações e medidas.

Dentro do campo da polícia, eu também vejo que é possível pensar perspectiva preventiva. Creio que há uma possibilidade, dentro da lógica de polícia cidadã, de aproximação, policiamento preventivo, de você criar interlocuções com a religião de matriz africana, o que nem sempre ocorre, pelo que a gente acompanha. É natural, muitas vezes, se buscar os espaços das igrejas, que é salutar e super relevante, mas eu acho que é importante pensar esse diálogo e principalmente a partir da formação também dos profissionais.

Então, acho que o campo da formação sempre vai ser um campo extremamente relevante. Eu mesmo cheguei a fazer esse diálogo e tenho tentado fazer esse diálogo para a gente sensibilize. Acho que isso também pode estar dentro de algo mais organizado e mais formal no âmbito das polícias, porque no campo preventivo isso ao menos pode ajudar a se perceberem movimentações ou tentativas de silenciamento ou de perseguição religiosa.

Já foi dito aqui a questão do monitoramento de casos e dados. Tem previsão legislativa a respeito do ISP. Recentemente, a polícia inseriu no boletim de serviço a questão do 190, do cadastramento no 190. Uma coisa que preocupa, assim como em vários outros momentos, é a questão da fragmentação. Tem muita coisa fragmentada. A falta de coordenação e de diálogo e de construção conjunta gera várias movimentações paralelas. Até respondendo à pergunta da Deputada, esse é um problema, até houve uma iniciativa por parte do estado de tentar criar algo mais integrado entre o Ministério Público e o estado, Defensoria, a Superintendência, sobre a questão da liberdade religiosa. Acho que esse desafio continua para a gente.

Acho que a questão do núcleo, o Navir - Núcleo de Atendimento das Vítimas de Intolerância Religiosa - também passa por essa integração no sentido de você ter uma capacidade de capilaridade. Aí, da Decradí é muito importante pelo acolhimento e essa interiorização é relevante, mas a isso pode ser associado todo um apoio e os núcleos, nos casos os Navirs, são uma iniciativa interessante. Mas, o que a gente acompanhou nos últimos tempos foi a implementação ainda muito lenta. A gente precisa melhorar nesse campo e precisa efetivamente integrar esses atendimentos porque eles estão dispersos, não há uma certa integração entre os órgãos. Acho que isso passa, porém, primordialmente também por essa questão do acolhimento.

Então, eu acho que é um desafio. Eu acho que dá para construir pela integração dos órgãos. Havia um processo em andamento nesse sentido, para realizar um acordo entre os vários órgãos, um fluxo, e, de fato, eu concordo, eu considero que isso é extremamente relevante.

Em relação à 10.639, 11.645, sempre é um debate não só no campo do racismo religioso, mas do racismo em geral, a falta de eficácia dessa legislação e as iniciativas dispersas em relação a esse tema. Creio que é um debate que eu sempre considero muito importante é o debate com a formação dos profissionais, dos professores. Esse campo é um campo extremamente relevante em que com educação. Isso é um caso de legislação já existente associada à legislação, aprovada pela Alerj. Creio que é um campo importante para se trabalhar com os professores, embora não seja muito fácil porque há resistências, mas com esse apoio e esse estímulo, eu acho que a gente precisa construir, dentro do programa, do currículo escolar, uma abordagem em relação a esse tema. Por isso eu acho que a política ajuda, a construção de uma política pública ajuda a interferir nesse debate, porque, na prática, o que existe são acomodações, tentativas de abordagem, abordagens genéricas sobre racismo em datas específicas.

Há muita dificuldade, muita resistência na implementação ou em uma abordagem. Também há falta até de capacidade técnica de compreender o problema, de conseguir construir.

Mas eu vejo, realmente é um tema em que a gente encontra muito obstáculo, muito obstáculo. Creio que esse trabalho, no âmbito do pedagógico com os professores pode ser um caminho, e acho que isso, associado a todo esse conjunto da legislação, poderia ser interessante.

No campo da reparação, de fato, eu considero fundamental trabalhar para que o estado reconheça a necessidade de indenização, reassentamento, de efetivamente ter uma diretriz clara em relação a esse tema que eu acho que isso poderá, realmente, dar outra sinalização para que a questão. Nesse caso, não há uma omissão apenas de segurança pública ou uma omissão em relação ao exercício de direitos fundamentais básicos, no caso da liberdade religiosa. Creio que é fundamental pensar um fundo de reparação e mecanismos de destinação de recursos para esse tipo de atendimento; e, além de ser uma medida urgente, é uma medida que, indiretamente, vai repercutir na exposição dos casos.

A partir do momento que você assegura algum tipo de resposta pode gerar muito mais confiança para o enfrentamento desse problema. É difícil falar isso, mas é a dura realidade. O que a gente assiste é uma sensação de impotência muito forte em relação a esse problema.

Então, creio que essa questão da reparação pode muito bem ser articulada a partir dessa lógica. Eu vejo que já existe alguma indicação, a partir do programa de assistência às vítimas de intolerância. Certamente, valeria a pena especificar melhor esse tipo de questão dentro dessa lógica do programa, mais ainda dentro da lógica da política que eu menciono. Mas, aproveitando a Lei 9.212, por exemplo, eu creio que isso é possível; creio que isso pode ser associado ao trabalho do Navir, da Lei 9.118, na identificação, no acolhimento dos casos e na realização de um trabalho que não necessariamente precisa estar atrelado à investigação policial. Essa é uma questão que vai aparecer, a necessidade de identificar os casos. A e as reparações para além de um resultado de uma investigação no âmbito penal. Então, é necessário talvez articular e desenhar muito bem quem seriam os destinatários dessa política, e acho que isso é uma questão realmente urgente.

Outro ponto que eu percebo é, a partir também de uma outra lei, a Lei 8.515, pensando também medidas concretas e imediatas, é uma campanha positiva, mas uma campanha positiva não apenas para chamar a atenção do tema, que já seria importante. Mas, algo a partir dessa legislação existente, que pune e gera sanções administrativas a empresas, a entidades da sociedade civil, para chamá-las proativamente, grandes atores, shopping centers, grandes espaços, grandes empreendimentos, para que eles adiram a algum tipo de compromisso em ser respeitoso em relação à questão do racismo religioso e comprometido com o enfrentamento.

Na linha talvez do Cumpra-se, muitas vezes desempenhado na Alerj, nós vivenciarmos, em São João de Meriti, uma situação no Shopping Vida em que nós, a partir de uma situação de violação, identificamos a possibilidade, no Termo de Ajustamento de Conduta, estabelecer essas obrigações positivas. E acho que a Alerj, a partir da lei que já existe, Lei 8.515, pode chamar grandes atores e estabelecer compromissos ou estabelecer indicações, mensagens nos seus espaços, para que se demonstre e se impeça e se coíba a violação dessa lei.

Acho que esse caminho é um caminho positivo e que pode gerar resultado na visibilidade do tema para além dos espaços públicos, no sentido mais estrito, das escolas e desses espaços, a gente colocar essa legislação e esse compromisso também com os particulares. É lógico que é o tipo de tema que não necessariamente é algo coercitivo, mas é algo em que você coloca, a partir do momento que coloca esse tema em discussão, aqueles que aceitam demonstram o compromisso e aqueles que não aceitam terão que se justificar publicamente, o fato de não aderirem àquilo.

E acho que isso vale, de alguma forma, tenho que me debruçar melhor sobre a lei, mas vale de alguma forma no debate com as igrejas, com as diversas igrejas, diversas denominações. O chamado positivo também no sentido de cumprimento e de concordância com esse tema, porque, de fato, não basta não compactuar. Infelizmente, a gente vive um cenário que não basta compactuar, o silêncio também é muito ruim. Dentro desse compromisso positivo, eu vejo

que é possível a partir da legislação existente, que se estimule também e que as igrejas também se coloquem dentro dessa linha. Também, mais uma vez, é uma outra perspectiva, não é uma perspectiva de responsabilização, mas atende muito a prevenção e tem um gancho muito relevante com a questão da Alerj.

Em relação ao Navir, acho que vale a pena, só para terminar, a partir de que tem a Lei 9118, que age efetivamente uma estruturação do núcleo. Eu vejo ainda muito improvisado. Essas parcerias do estado com o município precisam estar mais claras, precisa haver a destinação de recursos humanos, materiais, de forma efetiva e, também, no funcionamento, creio que precisa haver mais proatividade, porque esse é um tema que demanda confiança, demanda um diálogo em que os destinatários da política fiquem extremamente à vontade para conversar sobre ele.

A gente, num outro ponto, lá no Ministério Público, implementamos e foi muito interessante, que é a participação. Com a participação, a partir do momento em que se capilariza esses espaços, é importante trazer as lideranças, os diversos grupos, para esse diálogo permanente, e, assim, gente consegue evitar que em casos concretos a gente não saiba para onde ir. A partir que existe um diálogo permanente, quando há um caso concreto, todo aquele grupo, toda aquela participação vai se envolver, e com confiança, porque essa confiança precisa ser criada, com confiança vai se envolver para efetivamente resolver o problema.

Bom, agradeço mais uma vez, desculpe-me por ter me alongado, mas queria tentar responder objetivamente essas perguntas e fazer sugestões, imagino que eu tenha muitas mais, e continuo à disposição. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Nós é que agradecemos. As perguntas foram muitas, com certeza. Queria fazer duas observações, Dr. Júlio.

Por conta de presidir a Comissão de Saúde, eu acabei me aproximando do Fórum Permanente de Combate à Tuberculose e construímos com eles, em parceria com eles, quero deixar registrada a importância desse Fórum, nós construímos um projeto de lei que institua uma política de combate e eliminação da tuberculose. Esse projeto foi aprovado, em 2020, e a partir da estrutura desse projeto, o fórum se mobilizou junto à presidência da Alerj e a presidência da Alerj destinou 246 milhões ao longo de cinco anos para esse trabalho. Acho que é muito interessante essa sua ideia de sugerir uma política estadual de combate ao racismo religioso.

E a segunda coisa é lembrar que a Alerj incorporou na sua grade da TV Alerj, Deputado Átila Nunes com certeza está acompanhando isso, o programa Expo-Religião, que teve a sua estreia na última quarta-feira, na qual foi recebido o Dom Orani. Então, acho que ter um programa na sua grade também, eu acho que é contribuir para formação desse entendimento de uma sociedade sem violência e sem preconceito.

Pastor Manoel Antônio para suas considerações finais, agradecendo, mais uma vez, a sua presença, agradecendo a Tia Ju, que nos indicou e foi muito importante lhe ouvir. Gostaria de passar a palavra para suas considerações finais.

O SR. MANOEL ANTÔNIO RIBEIRO - Muito obrigado, Deputada Martha Rocha, pelo convite. Eu realmente me senti muito lisonjeado. Agradeço de coração o carinho da Deputada Tia Ju, pessoa que acompanha, amiga, tem feito um trabalho excelente.

Parabenizo todos os deputados que assinaram para que fosse levantada essa CPI, isso cumpre o que diz o nosso direito, o direito de Constituição, que política é a arte do bem governar. Um político que pensa no bem, essa é a verdadeira política que nós temos que defender.

Além disso, no Salmo 78:72, diz que Davi governava o povo com integridade de coração e com perícia de mãos. O fator aí altera o produto. Não pode ser primeiro perícia de mãos e em segundo lugar integridade de coração. A Bíblia foi enfática: "E ele governava o povo com integridade de coração, primeiro, e com perícia de mãos", com inteligência. Parabenizo pela perícia de mãos que vocês utilizaram no sentido da consciência, da inteligência, de botar um tema desse em debate magnífico.

Uma certa feita Jesus Cristo falou: "Pode um servo ser maior que seu senhor?" De forma clara. Como um pastor bíblico, eu sou muito enfático no que diz a Palavra de Deus. Em Romanos capítulo 2, versículo 11, está escrito: "Porque para Deus não há acepção de pessoas". Eu como servo posso ser maior do que Deus? Se para Deus não há acepção de pessoas, o fanatismo destrói todo segmento da sociedade. E eu como pastor se eu julgar que Deus ama a mim, porque sou um pastor, do que um traficante, estou errado. Não há acepção. Deus ama todas as pessoas.

Por outro lado, quero agradecer ao Deputado Átila Nunes pelo carinho de citar o meu nome, tem o meu respeito. Dizer, Deputado, que no meu ministério pautado eu tive a felicidade de abrir trinta filiais nas favelas do Rio de Janeiro. Apesar de ser pastor de um campo evangélico onde temos setenta e cinco filiais espalhadas pelo Brasil, há o campo que eu dirijo, porque a Assembleia de Deus é gigante, elas são divididas em campos e pastores presidentes, mas nós temos trinta filiais nas favelas do Rio de Janeiro e eu visito todas essas filiais, não tenho nenhuma dificuldade. E oriento os nossos pastores que estão nessas filiais para que eles combatam todo o tipo de preconceito, porque não podemos admitir esse preconceito se a própria Palavra de Deus diz, o Apóstolo Paulo falou: "Todas as coisas me são lícitas", isso é um princípio da tolerância. Por outro lado, Jesus Cristo declarou em Mateus 5:9 "Bem-aventurados os pacificadores, porque esses serão chamados filhos de Deus".

Parabenizo a todos e quero encerrar essa minha palavra apenas citando esse último versículo, que está em Filipenses 4:8 "Quanto ao mais, tudo que é verdadeiro, tudo que é honesto, tudo que é justo, tudo que é puro, tudo que é amável, tudo o que é de boa-fama, se há alguma virtude, se há algum louvor, nisso pensai."

Obrigado a todos os senhores e senhoras, Excelentíssimos Deputados e todos os participantes. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Obrigada, Pastor. Muito obrigada pela sua presença e parabéns pelo seu ministério.

Negrogun, como eu gosto de lhe chamar, nosso Presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Negro, para suas considerações finais.

O SR. LUIZ EDUARDO OLIVEIRA - Abedé Ogum.

Primeiramente, gostaria de fazer uma observação junto ao Deputado Átila Nunes. Nós não somos desorganizados, Deputado, nós somos desprovidos do capital que alguns segmentos têm para fazer a imposição do racismo e da violência religiosa. Existem as leis, mas elas não são cumpridas.

Há alguns meses, eu tive no Hospital Carlos Chagas para visitar uma filha de santo minha e fui impedido de subir, porque já tinham dois familiares dela lá em cima. Aí, uma pessoa da recepção perguntou, certo de que ela viu minhas contas: você tem algum vínculo religioso com ela? Eu falei: "é minha filha de santo". "Ah, então, se o senhor é um sacerdote o senhor pode subir como um sacerdote". Ela avisou lá em cima. E o médico, o responsável falou que não podia, porque o Candomblé não é de Deus. E eu não sou reconhecido como sacerdote e para tal fazer o acompanhamento dela lá. E eu não consegui subir. Eu só consegui subir depois de eu me identificar como Presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Negro e como integrante da Secretaria de Direitos Humanos.

Agora, eu pude fazer isso, mas quantas outras e outros não podem fazer? E é lei. É o Estado. Eu acho que essas leis precisam ser não somente divulgadas, mas praticadas, porque nós somos extremamente organizados, nós somos extremamente militantes, nós estamos sempre na vanguarda, agora nós não temos nem queremos competir com o capital.

Nós não queremos impor a nossa filosofia, a nossa verdade a ninguém, através de jornal, de revista ou imposição. Nós queremos, sim, ser respeitados. Da mesma maneira que os nossos jovens não podem entrar nas escolas com suas contas, com seus preceitos, porque muitas professoras, muitas diretoras, dizem que eles são discípulos do demônio e não podem entrar, dizendo que não estão com o uniforme, quando a gente vê vários outros alunos sem uniforme algum ingressarem na escola.

Precisamos não somente ver a prática dessas leis, mas ouvir as pessoas que realmente estão no fronte, as pessoas que estão no dia a dia, as pessoas que estão nessa troca de informação, porque se nós não fôssemos organizados a coisa seria muito pior. Deputado, muito pior!

Eu acompanho o seu trabalho, eu respeito o seu trabalho, eu vejo o seu empenho, que não é de hoje, que é uma coisa de família, mas somos muitas e somos muitos nessa luta, nesse combate intransigente contra esse racismo religioso, contra essa violência religiosa.

Quero, mais uma vez, dar um beijo em Tia Ju, grande companheira, grande parceira, um beijaço para a Martha Rocha, que eu não consigo vê-la sem estar enaltecendo, sem estar valorizando nossas ações, nossos trabalhos, o meu amigo Marcelo Monteiro. Um beijo no coração, pastor. Um beijo no coração, Júlio. Ao senhor deputado.

E dizer que nós estamos aqui na luta contra violência religiosa, contra o racismo e é extremamente importante o posicionamento desta Casa. Essa ação, essa iniciativa desta Casa de ser, nesse momento, a grande articuladora, a grande aglutinadora, de ideias e propostas para execução real do Estado, de uma forma objetiva e explícita de combate ao racismo, de combate à violência religiosa, de combate a tudo de ruim que nós vemos no nosso dia a dia.

Que pai Ogum abençoe e proteja a todas e todos. Estamos juntos. Muito agradeço pelo convite.

O SR. ÁTILA NUNES - Martha Rocha, só uma frase aqui. A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputado Átila Nunes.

O SR. ÁTILA NUNES - O Negrogun é muito querido também pelo meu filho. Eu admiro o trabalho dele no movimento negro e o meu filho tem alguma coisa assim empática, que a Martha Rocha também gosta dele, ele gosta da Martha. Ele falou outro dia para mim: "se não fosse você eu votava na Martha". Ele gosta de você. Ele gosta do Negrogun. Ele foi Secretário de Direitos Humanos e teve uma experiência muito feliz.

Negrogun, só para você saber. Sabe o que eu tenho feito correndo terreiro? Nesse final de semana nós corremos uns três terreiros, estimulando as pessoas que sofrerem preconceito religioso que façam a denúncia ao Decradí. Então, por exemplo, no hospital, naquela hora se você faz a queixa, você dá um exemplo pedagógico para todo mundo. Eu sei que não é fácil, que é delegacia, não é moleza, não é fácil, não é, Martha Rocha? Inclusive a gente podia aprimorar essas denúncias online, vamos pensar nisso, na Decradí, online, para facilitar. Por exemplo, ele teve lá um problema no hospital, uma coisa online que dissesse: olha, estão me impedindo aqui de subir etc.

Mas, tem um detalhezinho pequeno só para correção. Você sabe quem é campeão na caridade no Brasil? A religião que é campeã na caridade? Que tem um trabalho social extraordinário? Maior que católicos, evangélicos, umbandistas, chamam-se os kardecistas, e eles não têm capital. Agora, é uma questão de filosofia. Talvez porque a gente luta muito para manter um terreiro aberto de Umbanda e de Candomblé, Negrogun sabe disso. O chefe de terreiro bota a mão no bolso. Pastor, o senhor não imagina o que é manter um terreiro aberto. Vocês ainda têm a facilidade do dízimo. A gente nem isso tem. Lá ninguém paga nada. É tudo o cara metendo a mão no bolso pra comprar defumador, vela, etc. Infelizmente é assim.

Que Oxalá nos proteja. Obrigado, Deputada Martha Rocha.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Eu quero, mais uma vez, agradecer a presença do nosso Procurador, agradecer a presença do Pastor Manoel Antônio Ribeiro, que preside a Assembleia de Deus da Cidade Nova, agradecer a presença do Luiz Eduardo Moreira, Negrogun, que preside o Conselho Estadual dos Direitos do Negro, da nossa queridíssima Tia Ju, Deputado Átila Nunes, nosso Relator, Deputado Waldeck Carneiro, da Deputada Mônica Francisco, da Deputada Renata Souza, todos que nos acompanham diariamente nessa CPI, Marcelo Monteiro, Professora Ana Paula Miranda, Professora Alana Lage e tantos outros que agora nesse momento não vejo. Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar à frente desta CPI.

A SRA. TIA JU - Deputada Martha Rocha, bem informal, convidar o Negrogun para fazer parte da nossa capelania, que é eucumênica e todas as religiões estão ali presentes, para você ter mais uma ferramenta que é a carteirinha de capelão. Se não te reconhecem como sacerdote, te reconhecerão como capelão. Seja muito bem-vindo à nossa capelania.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Obrigada a todas e todos que nos acompanham pela TV Alerj. Boa tarde.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, DESTINADA A APURAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DOS CASOS DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (RESOLUÇÃO Nº 382/2021)

##### ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às dez horas e trinta e quatro minutos, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pela Resolução nº 382/2021, para a realização da 8ª Reunião Ordinária, através de videoconferência, (via Plataforma Zoom), conforme estabelece o art. 6º do Ato "NM/MD/Nº 651/2020, publicado em 13 junho de 2020, sob a Presidência da Senhora Deputada MARTHA ROCHA, e com as presenças dos Senhores Deputados, TIA JU - Vice-Presidente, ÁTILA NUNES - Relator, NOEL DE CARVALHO e MÔNICA FRANCISCO, membros efetivos e da Senhora Deputada RENATA SOUZA, membro suplente da Comissão. Abertos os trabalhos, a Senhora Presidente informou aos seus pares que o objetivo da presente reunião era ouvir os Senhores DR. JAIME MITROPOULOS - Procurador da República, integrante do Grupo de Trabalho Liberdade de Consciência, Crença e Expressão da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF-RJ; DRª WALESKA DOS SANTOS GARCEZ - Delegada de Polícia da Delegacia de Atendimento à Mulher do Município de Cabo Frio e do DR. FÁBIO AMADO DE SOUZA BARRETO - Defensor Público, Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, a Senhora Presidente registrou as presenças das Professoras Ana Paula Miranda, Pesquisadora do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da UFF, Diane Kuperman, membro da Associação Religiosa Israelita e da Senhora Dolores Lima, membro do Fórum Estadual de Mulheres Negras. Após, a Senhora Presidente propôs as indicações dos nomes sugeridos pelos membros da Comissão, da Drª Lívia Vaz - Promotora de Justiça do Estado da Bahia, do Dr. André Nicoliti - Juiz de Direito, Presidente do Fórum Permanente de Direito e Relações Raciais da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e do Dr. Hedio da Silva Junior - Advogado, Professor, Ativista de Direitos Humanos e ex-Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, para as próximas oitavas. Colocada a proposta em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade dos membros presentes. A seguir, a Senhora Presidente informou aos convidados que disponibilizaria o tempo de vinte minutos para que cada um fizesse suas considerações acerca do tema da CPI, passando a palavra, inicialmente, ao Dr. Jaime Mitropoulos que apresentou dados do Relatório produzido por ele que reúne o posicionamento da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e do Ministério Público Federal, acerca da Laicidade do Estado e do combate à violência religiosa, destacando a predominância de atos contra religiões de matrizes africanas e que os casos de perseguição religiosa estão acentuados no Estado do Rio de Janeiro comparado a outros Estados da Federação. Retomando a palavra, a Senhora Presidente solicitou ao convidado cópia do Relatório para análise de todos os termos abordados pelos membros da Comissão. O que foi feito pelo convidado. A seguir, foi passada a palavra ao Dr. Fábio Amado que mencionou que muitos policiais ainda não sabem lidar com as vítimas de crimes de intolerância religiosa e que é preciso criar equipes interdisciplinares nas delegacias para dar suporte a essas vítimas, que chegam devastadas psicologicamente nessas portas de entrada. Com a palavra, a Senhora Presidente mencionou que a sugestão apresentada pelo Dr. Fábio Amado são pertinentes e brevemente terá uma reunião da Comissão que contará com a presença